

Miguel Ângelo da Silveira

Pesquisador Doutor da área de sócio-economia do CNPMA/EMBRAPA.
CP 69, Jaguariúna, SP, CEP
13820-000. Email:
miguel@cnpma.embrapa.br

Desenvolvimento Rural Sustentável em um Assentamento: Análise e Intervenção Participativa¹

Introdução

A percepção da recuperação do meio ambiente passa, necessariamente, por um processo de investigação, no qual o conhecimento das condições de reprodução dos problemas ambientais pressupõe o conhecimento aprofundado das condições da reprodução social e econômica de seus agentes.

Essa perspectiva coloca a necessidade de um exercício de investigação centrado obrigatoriamente na interdisciplinaridade, na qual as avaliações de impactos ambientais deverão estar intimamente relacionadas com a organização e a lógica econômicas, bem como com as representações

sócio-culturais e políticas dos homens no processo de produção.

Os produtores de áreas de agricultura familiar, ao adotarem o modo de produção da agricultura tecnificada, baseado no pacote biológico-químico, por falta de opções tecnológicas, podem, como consequência, causar impactos ambientais indesejáveis. Por outro lado, é característico da agricultura familiar, por razões culturais e históricas, a oferta relativa de mão-de-obra e o conhecimento da operação de sistemas diversificados.

O que está em questão, no presente trabalho, é a elaboração de um conhecimento orientado para o desenvolvimento de ações

de fortalecimento da pequena agricultura familiar e da recuperação do equilíbrio ambiental. Na prática, trata-se da análise da interação existente entre os impactos ambientais e a racionalidade agrícola dos pequenos produtores familiares do Assentamento Fundiário I, localizado na microbacia hidrográfica do córrego Taquara Branca, no município paulista de Sumaré.

A relação economia-ecologia não necessita obrigatoriamente ser de caráter restritivo. A análise de experiências concretas e do acervo de conhecimentos aplicáveis à agroecologia indica possibilidades para o desenvolvimento de sistemas de produção, combinando estabilidade ecológica e

¹ Este texto tem como base a pesquisa com o mesmo título, conduzida pelo Centro Nacional de Pesquisa de Monitoramento e Avaliação de Impacto Ambiental da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (CNPMA/EMBRAPA), que contou com o apoio financeiro do CNPq até dezembro de 1996. O autor desse texto agradece a colaboração de Alberto Paulo Vasquez, estagiário do projeto, graduando em Sociologia e Ciências Políticas pelo Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas (IFCH/UNICAMP).

prosperidade econômica aos produtores familiares, por meio de conhecimentos tradicionais e também de resultados de pesquisa recente.

Portanto, por meio da compreensão das condições sociais e econômicas e da caracterização dos sistemas de produção em uso, é possível identificar os requisitos que indiquem as possibilidades necessárias à implantação de novos desenhos de sistemas mais sustentáveis.

Nesta direção, a equipe do projeto em 1995, contando com a firme supervisão da Professora Maria Conceição D’Incao em seu trabalho de consultoria, definiu como princípios para o desenvolvimento da pesquisa, as principais idéias presentes no trecho abaixo:

“Dirigida para a construção de um conhecimento orientado para a informação de práticas ou políticas públicas de intervenção voltadas para o desenvolvimento econômico e ecologicamente sustentável da pequena agricultura familiar, a problemática da presente pesquisa impôs uma grande questão teórico-metodológica: a da articulação, em termos operacionais, das metodologias de avaliação de impactos ambientais e de análise de sistemas de produção nos limites de uma prática científica orientada pelo conceito de agricultura sustentável.

O equacionamento dessa articulação começa com o problema da ade-

quação do conceito de agricultura sustentável à realidade desses produtores para os quais se pretende estar construindo um conhecimento útil. Sabe-se, de um lado, que esses agricultores são movidos por princípios de racionalidade que se articulam direta ou indiretamente com a lógica ou racionalidade das relações de produção dominantes na agricultura ou na economia brasileira como um todo. É verdade que a maioria deles cultiva a terra para viver, o que os singulariza no contexto das relações de produção dominantes, onde a terra é simples meio de produção e a agricultura, meio de acumulação. Mas até mesmo para viver, esses pequenos agricultores familiares são obrigados a orientar suas culturas no sentido da maior produtividade da terra e da força de trabalho disponíveis ou no sentido das exigências do mercado. De outro lado, a pesquisa agroecológica ainda não teve tempo de produzir resultados compatíveis, a curto ou médio prazos, com as exigências que a economia de mercado impõe a esses produtores. Sobretudo, porque a agroecologia tem seu princípio de eficácia construído sobre o pressuposto do equilíbrio ambiental, o qual só pode ser pensado como hipótese na agricultura brasileira. Ora, como pensar, nesse contexto, o desenvolvimento de uma metodologia de pesquisa que permita identificar os pontos de estrangulamento da pequena agricultura familiar tendo em vista a sua resolução pela via da agroecologia?” (D’Incao, 1995, p.3).

Os pressupostos acima determinaram as linhas gerais de pesquisa, o que na prática constituiu um desafio (ainda presente), cu-

jas propostas e resultados preliminares aqui apresentados não têm a pretensão de esgotá-los.

A Pequena Produção Familiar e a Modernização Agrícola

A modernização da agricultura no Brasil representou uma mudança radical nas bases técnicas, no processo de trabalho e na distribuição dos recursos materiais. Estabeleceu, de forma contraditória, diversas tendências: uma invasão de insumos e equipamentos que atendiam aos interesses industriais, e que também eram demandados por agricultores com algum grau de capitalização; em consequência, uma inversão na racionalidade tecnológica da agricultura tradicional capaz de modernizar-se; a determinação de novos padrões de troca, na direção das necessidades da indústria processadora de produtos agrícolas; ou seja, a adesão à lógica do mercado. As consequências mais visíveis são a extrema concentração fundiária, o êxodo rural, o inchaço das cidades, o surgimento de trabalho bóia-fria e o estabelecimento da monocultura, determinada e determinante de todas essas condições.

O sistema agrícola monocultural está, pois, intimamente relacionado à concentração de terras e, portanto, aos graves conflitos sociais decorrentes. Está ligado também a uma série de danos ambientais, como a devastação das florestas tropicais, a destrui-

ção da biodiversidade, a erosão, a contaminação dos corpos d'água e do homem, que, só tardiamente, começam a compor a pauta da questão ambiental no Brasil.

Assim, a pequena produção foi inserida no processo de maneira parcial: parte dela foi eliminada e compôs a mão-de-obra urbana e os volantes rurais e outra parte passou por uma modernização intermediária.

O agricultor familiar, parcialmente e por vezes precariamente, modernizado por sua entrada no mercado, passou a sofrer uma dupla expropriação. De um lado, a composição dos seus custos de produção, a qual, na agricultura tradicional, era mais dependente de recursos internos à propriedade, passa a ser determinada pela indústria e pelo setor financeiro, representando ônus cada vez maior. De outro, os preços dos produtos agrícolas pouco se relacionam com aqueles custos de produção, mas com os interesses da indústria processadora. A produção familiar, apesar de precariamente modernizada, ou exatamente por isso, vive uma condição de insuficiência econômica, estando quase sempre no limite da sobrevivência. O restrito poder de barganha da agricultura familiar, num contexto político mais amplo, não permitiu até hoje uma ruptura na direção de sua autonomia.

De qualquer modo, mesmo com a contínua diminuição na participação da população eco-

nomicamente ativa na agricultura a partir dos anos 60, a agricultura familiar não se constitui numa categoria em extinção. Kagiyama & Bergamasco (1991) davam conta da existência, no estado de São Paulo, de 148.927 (54,5%) unidades de produção de base familiar. O espaço ocupado representava 29% da área total cadastrada e a participação destas unidades no total da produção agropecuária era de 35%. Contavam com 43,5% da frota de tratores e constituíam 48,5% do total de mão-de-obra estadual.

A Opção pelos Pequenos Produtores Familiares

A opção pela pesquisa junto a esses produtores, entretanto, se justifica também como opção estratégica. A atual crise social tem raízes profundas na desigualdade de distribuição da riqueza. Historicamente, em especial com relação à situação fundiária, o Brasil está entre as mais desiguais distribuições de terra do mundo, com índices de Gini próximos a 1, indicando concentrações quase absolutas.

O processo de concentração fundiária e de passagem da predominância de população rural para urbana que, na maior parte dos países europeus se deu ao longo de um século, no Brasil aconteceu em 25 anos, com as traumáticas conseqüências de todos conhecidas. De outro lado, países com discrepâncias graves

na estrutura de posse da terra superaram condições de recessão e subdesenvolvimento começando com políticas básicas de reforma agrária (Silva, 1982).

Condenados pela dupla expropriação (já citada) e, conseqüentemente, marcados pela luta da própria sobrevivência, os pequenos produtores familiares têm-se visto obrigados à incorporação, pelo menos parcial, do modelo agrícola e do paradigma tecnológico dominante, com o conhecido risco dos impactos ambientais deles decorrentes.

Assim, a pequena produção familiar tem tido um limitado poder de influir no mercado e nas políticas do Estado. Também, tem apresentado carência de alternativas sustentáveis do ponto de vista da competitividade no mercado e da preservação dos recursos naturais.

Na mesma linha, os assentamentos fundiários parecem estar ainda mais a descoberto, dado que, se já é rarefeita a investigação daquelas alternativas para a agricultura familiar, assim é ainda mais para os assentamentos, os quais guardam características sócio-políticas particulares.

Por serem muito escassas as alternativas que combinem competitividade econômica e preservação ecológica, representadas pelo uso de conhecimentos técnicos de base agroecológica, os assentados tendem a buscar as maneiras mais racionais para o curto

prazo, disponíveis no modelo vigente. Para ilustrar, no Assentamento Fundiário I da cidade de Sumaré, SP, a cultura do tomate, que só se viabiliza com o uso de agrotóxicos e fertilizantes sintéticos, foi uma boa opção de mercado para o ano de 1993.

Os assentamentos, depois de longas lutas pela conquista da terra, também se deparam hoje com o problema da busca da consolidação econômica. Como eles não escapam àquela lógica de expropriação, buscam, dentro dela, alternativas de sobrevivência que combinam diversos graus de adoção de tecnologias “modernas”.

Pela quase total inexistência de estudos orientados para as exigências da pequena produção familiar, a própria EMBRAPA, ao sinalizá-la como prioridade, sugere a importância de também estendê-los aos assentamentos de reforma agrária e à agroecologia:

“1. Ampliar e fortalecer o processo de geração e difusão de tecnologias que visem atender às necessidades tecnológicas dos pequenos produtores rurais e que sejam adequadas às condições agroecológicas e sócio-econômicas que influenciam o desempenho da pequena produção; 2. Apoiar a formulação e implementação de projetos e programas que visem a organização dos pequenos produtores rurais, para facilitar o processo de difusão de tecnologia; 3. Apoiar projetos e programas de reforma agrária através da transferência de tecnologia produtiva e gerencial aos pequenos

produtores assentados, para que possam atingir a capacidade de serem bem sucedidos numa atividade econômica competitiva; 4. Enfatizar a geração e difusão de tecnologias que visem o aumento da produtividade da mão-de-obra familiar e a renda dos pequenos produtores rurais e, 5. Promover e apoiar projetos e programas que visem elevar a capacidade tecnológica e gerencial dos pequenos produtores com a finalidade de promovê-los para a condição de classe média rural.” (Flores, 1991, p.36).

A avaliação dos problemas ambientais que se relacionam com a pequena agricultura familiar, não apenas atende às mencionadas demandas da EMBRAPA, como a algumas outras que podem ser consideradas implícitas a elas:

a) falta de conhecimento profundo de metodologias de avaliação de impacto ambiental de atividades difusas, como é a agricultura;

b) carência de experiências realmente interdisciplinares que relacionem avaliações do meio biótico e abiótico a avaliações sociais ou sócio-econômicas, tendo em vista a orientação de práticas – políticas ou de pesquisa – geradoras de tecnologias agroecológicas adequadas à racionalidade sócio-econômica dos agentes dos impactos ambientais.

c) desenvolvimento de metodologias capazes de produzir um conhecimento da questão ambiental orientado para a informa-

ção de políticas públicas ambientais, entendidas como resultado de uma relação Estado/Sociedade e não apenas como um conjunto de medidas ou leis ditadas por um poder estatal constituído acima da sociedade. Isto é, de políticas públicas democratizantes.

A Necessidade da Reforma Agrária e a Viabilidade dos Assentamentos Fundiários

Sabe-se que, historicamente, a maioria dos países centrais que conseguiu atingir padrões de desenvolvimento capitalista avançado, passou por processos de reforma agrária ou de simples distribuição de terra. Esses consolidaram a atividade agrícola em bases familiares (Abramovay, 1992).

A grave crise que se arrasta por décadas no Brasil é também sintoma da recusa sistemática em instituir uma política real e abrangente de reforma agrária. A capacidade de absorção populacional das cidades já há muito exauriu-se, e a reforma agrária, mais que uma questão ideológica, é um imperativo social e econômico, que pode resolver os conflitos pela terra que se espalham com violência por todo o território nacional. É, outrossim, uma das mais ativas formas de dinamização da economia, pela multiplicação das unidades produtivas que consomem insumos e oferecem produtos. Finalmente, constitui-se em um alicerce para

políticas de segurança alimentar e combate à fome (que atinge 32 milhões de pessoas no Brasil), dada uma certa vocação para a produção de alimentos.

Assim sendo, o avanço na implementação de políticas de reforma agrária constitui um cenário possível, senão provável, para o início do próximo século. Entretanto, ainda persiste sobre os agentes políticos e o Estado, uma indecisão, calcada na dúvida sobre a viabilidade econômica dos assentamentos fundiários no Brasil. Estudos diversos têm mostrado que a agricultura familiar organizada em assentamentos, a par de deter terras de qualidade inferior, configura-se como forma competitiva de exploração agropecuária.

Uma pesquisa da FAO revela que a renda mensal média das famílias de assentados no Brasil é de 3,7 salários mínimos. Para as regiões Sudeste e Sul, chega a 4,0 e 5,6 salários, respectivamente. Para efeito de comparação, 66% dos trabalhadores rurais sem terra, que trabalham como assalariados, recebem até um salário mínimo mensal (FAO, 1992).

O progresso econômico dos assentamentos de reforma agrária fica mais evidenciado quando o mesmo estudo da FAO indica au-

mentos no consumo e acumulação de bens produtivos. Em quatro anos, os assentados conseguiram aumentar seus bens em 50% na região Nordeste e em 220% na região Sul. Outros indicadores sociais também tiveram seus índices melhorados (mortalidade infantil, condições de moradia e educação, entre outros) (FAO, 1992).

Outro ponto extremamente importante a considerar é que no contexto da experiência dos assentamentos, o problema da fome fica cada vez mais afastado. Em 1990, a produção nacional das unidades familiares de assentados chegou a atingir 240 mil toneladas de milho, 80 mil toneladas de feijão, 310 mil toneladas de mandioca, 170 mil toneladas de arroz, 120 mil toneladas de carne bovina, 90 mil toneladas de outras carnes, 120 milhões de litros de leite e 80 milhões de dúzias de ovos. Desse montante, 35% representaram o consumo da própria família e 65% da produção foram colocados no mercado (FAO, 1992).

No estado de São Paulo, os assentamentos fundiários mostram presença marcante, atingindo o número de 99 projetos. De acordo com o SIPRA/INCRA², são 17 os projetos do órgão e 82 assentamentos do ITESP³, conforme a

sua Listagem de Projetos de Assentamentos. Aí incluem-se os assentamentos definitivos, provisórios, emergenciais e as áreas que aguardam a definição de medidas liminares.

Essas comunidades têm características semelhantes em termos de organização social, organização para a produção e representações sociais e culturais (Araújo, 1991). Além da preocupação mais de fundo de zelar pela participação e formação de quadros, a consolidação política dos assentamentos, enquanto expressão social legítima frente ao Estado e à Sociedade, passa pela viabilização econômica da produção.

A viabilidade econômica caminha por duas vias principais. A primeira é o estudo do mercado, na direção das escolhas sobre o que cultivar, em que época, com quais recursos básicos e para qual mercado específico. A segunda, constitui-se na busca de custos de produção mais baixos, a partir de insumos internos à propriedade, bem como de tecnologias de manejo de água, solo e pragas/doenças alternativas (*low-input*) e mais independentes da indústria (adubação orgânica, técnicas de controle da erosão, controle biológico de pragas, etc.).

² Informação fornecida por telefone, por um técnico do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) ao autor, com base no Sistema de Informação de Projetos de Reforma Agrária (SIPRA) do órgão.

³ Informação que consta da Listagem de Projetos de Assentamentos do Instituto de Terras do estado de São Paulo (ITESP), obtida pelo autor via telefone, junto a um técnico do órgão.

Já a sustentabilidade ecológica de longo prazo, que muitas vezes está ligada à segunda via mencionada acima, só poderá ser alcançada a partir do rápido desenvolvimento da ciência agroecológica (Gliessman, 1991) e da construção e teste de modelos práticos. A perspectiva teórica do ecodesenvolvimento (Sachs, 1980) carece de uma afirmação no âmbito dos sistemas concretos da agricultura brasileira.

Essa realidade é colocada como um problema novo: como viabilizar a produção do ponto de vista do mercado, mas com a preocupação da sustentabilidade no longo prazo? É o que se procura evidenciar com a presente pesquisa, cujos resultados preliminares somam-se às outras contribuições em busca de soluções.

Caracterização Sócio-Ambiental do Assentamento Fundiário I de Sumaré

Localizado no município de Sumaré, SP, o Assentamento Fundiário I ocupa uma área de aproximadamente 270 ha. O curto caminho que o liga ao centro da cidade é de 6 km, sendo apenas 2 km não asfaltados. Dispõe de abastecimento de água, proveniente de uma mina, e de luz elétrica. No Assentamento existem

dois telefones, um público e um particular. A comunidade não conta com a existência de rede de esgoto, coleta de lixo, calçamento e postos de saúde.

Sua área encontra-se dividida em glebas para 26 famílias, com 7,0 ha para cada uma, em áreas comuns e de reserva legal. Os quintais das casas são de aproximadamente 0,5 ha, sendo aproveitados de formas muito variadas. Possui uma escola, um galpão e uma agrovila, onde se localiza a maior parte das residências dos assentados.

A produção pode ser transportada para os grandes centros consumidores vizinhos através de três grandes rodovias: Anhangüera, Bandeirantes e D. Pedro I. Contudo, a comercialização dos produtos é feita geralmente com atravessadores que, como tradicionalmente ocorre, se apropriam de boa parte do lucro que a venda direta para os consumidores potencialmente poderia oferecer.

Quanto aos aspectos ambientais, o Assentamento possui um córrego e uma pequena represa que deságua em uma represa maior, vizinha à sua área, responsável pelo abastecimento de água das cidades de Sumaré e Hortolândia. A responsabilidade pela possível poluição dessa água é um provável argumento que

pode ser usado contra o Assentamento. Deve-se ressaltar que estudos feitos pela equipe da pesquisa indicam que a perda de terra por erosão e o comprometimento da qualidade da água é consideravelmente maior no Assentamento do que nas áreas vizinhas da microbacia do Taquara Branca onde se insere⁴ (Bacellar, 1996).

A unidade de análise microbacia é um importante referencial para compreender os fenômenos de ordem ambiental, porém, com eficácia limitada, pois não dá conta da ação do principal agente de transformação das condições naturais, qual seja, o Homem.

Mesmo que a análise dos fatores sócio-econômicos do presente estudo não tenha nos agricultores da microbacia o seu foco principal, pois está centrada nos agricultores familiares do Assentamento, a compreensão dos aspectos ambientais demanda uma contextualização que extrapola os limites físicos desse Assentamento.

A microbacia hidrográfica do córrego do Taquara Branca

A microbacia do Taquara Branca, onde se insere o Assentamento I, abrange uma área de 2.700 hectares, sendo 85% em Sumaré e 15%

•••••
 * Os dados levantados indicam, preliminarmente, que as taxas de erosão no Assentamento I de Sumaré se situam acima da tolerância média de perdas dos solos da região (aproximadamente 12 ton./ha. ano. Silveira 1996).

em Hortolândia, SP, caracterizando-se por uma grande diversidade de formas de produção.

As atividades agrícolas mais importantes são as das olerícolas e as culturas de tomate, batata, cana-de-açúcar, feijão, milho, mandioca e café. As atividades de pecuária se caracterizam pela criação de gado de leite e de corte.

Outras características importantes da área da microbacia, além do conjunto de 26 famílias que forma o Assentamento Fundiário I, são a existência de três glebas de extração de terra para olarias, dois bairros residenciais e chácaras de lazer. Na microbacia do córrego Taquara Branca, também se localiza, vizinha ao Assentamento, a Represa do Horto com 19,5 Km² de área de drenagem, construída em 1988 e tendo por contribuintes os córregos Taquara Branca e Bassos. A represa é a principal fonte de abastecimento de água das cidades de Sumaré e de Hortolândia, atendendo a uma população estimada em 250 mil pessoas.

A ocupação do solo da Taquara Branca permite notar que a agricultura familiar é responsável por uma parte significativa da produção agrícola, bem como pela composição da mão-de-obra, porém somente dentro dos limites da área do Assentamento I.

Os múltiplos usos do solo dessa microbacia (agricultura, mineração e residencial), associados à

inadequação de tecnologias utilizadas, vem acarretando impactos ambientais expressivos, refletindo-se, principalmente, na erosão do solo e na qualidade e quantidade de água da Represa do Horto e de seus afluentes.

Na agricultura, o uso intensivo de máquinas e implementos agrícolas, o desmatamento, a eliminação da matéria orgânica do solo (queima de restos culturais), o manejo inadequado de pastagens (ausência de calagem e adubação, divisão incorreta dos pastos e localização dos cochos de sal e bebedouros), o plantio sucessivo de culturas anuais intensivas e a utilização de sistemas de irrigação por aspersão e por sulco (grande escoamento superficial da água sem captação do excedente), enfim, a ausência de práticas conservacionistas, vem acarretando a perda de fertilidade e erosão do solo.

As perdas de solo ocasionadas pelas práticas agrícolas, estradas rurais mal dimensionadas e sem conservação, além das áreas de movimento de terra, provocam grande deslocamento de sedimentos para o fundo dos córregos e da Represa do Horto. Estudos feitos pela CETESB comprovam as modificações ocorridas no leito da Represa, fator que compromete a capacidade de armazenamento e diminui a expectativa de sua vida útil.

Como o consumo de água para a irrigação na Taquara Branca durante o ano todo é alto,

os agricultores também têm observado os riscos da falta de água, principalmente, nas lavouras plantadas nos meses mais secos do ano (junho a agosto, chegando, em 1994, a cerca 120 dias sem chuva). Nesse período, os reservatórios de captação reduzem-se aos níveis críticos provocando racionamento de água.

Além da redução da quantidade disponível, já se faz sentir a queda na qualidade da água captada para usos urbanos. O sistema de filtro lento instalado na Represa do Horto está dimensionado para processar água de boa qualidade, separando apenas macroelementos. Devido à elevada presença de partículas de solo, a filtragem não tem sido satisfatória, com muitas reclamações da população quanto à cor e o sabor da água consumida (Corrales, 1994).

A relevância da microbacia pode ser ressaltada em função do significativo uso de agrotóxicos em culturas de expressão como a do tomate e a da batata. Além do risco de contaminação dos recursos hídricos, observa-se, a despeito do crescente uso desses produtos, o aumento contínuo da incidência de pragas e doenças, consequência da falta de critério na utilização desses insumos. Não existe, por parte da maioria dos aplicadores de agrotóxicos, a consciência dos riscos para a saúde, que a manipulação destes produtos pode causar. Trabalho, via de regra, sem a utilização de equipamentos de proteção

individual.

A estrutura fundiária da Taquara Branca é bastante concentrada e grande parte dos produtores tem pequenos lotes. Associada à expansão da urbanização, apresenta sistemas de produção que em sua maioria “guardam certa dependência externa (crédito rural, mercados de insumos e produtos, assistência técnica, etc.), mas com a produção agrícola, mesmo que para venda, ainda voltada basicamente para a reprodução familiar” (Kitamura et al, 1995).

A história do Assentamento Fundiário I de Sumaré

O Assentamento I de Sumaré foi instalado no começo do ano de 1984, a partir de uma forte pressão exercida por um grupo de famílias no ano anterior. Esse grupo, denominado Movimento dos Sem-Terra de Sumaré, foi organizado com o apoio da Comunidade Eclesial de Base da igreja Nossa Senhora de Fátima, no bairro Rosolém, na cidade de Sumaré, antes mesmo do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra estruturar-se nacionalmente. Apesar da familiaridade com o

MST, que também organizou-se a partir da influência da Comissão Pastoral da Terra, o grupo de Sumaré surge relativamente isolado de outros movimentos similares.⁵

Essa instalação se deu após duas ocupações fracassadas realizadas por 47 chefes de famílias (sem as mulheres e crianças) em Araras e Araraquara, SP. Os participantes voltaram para casa apenas com a promessa de serem instalados em alguma outra área do estado, como parte do programa de valorização das terras públicas do governo Montoro. Quando finalmente as terras foram liberadas, apenas 20 famílias, das 47 iniciais, dispuseram-se a formar o Assentamento em Sumaré.

Foram chamadas, posteriormente, outras seis famílias que não haviam participado de nenhuma ocupação anterior, para completar o número planejado pela Secretaria de Agricultura do estado de São Paulo. Possivelmente, esse fato tenha se constituído no primeiro fator diferenciador entre os assentados após o processo de conquista da terra. Mais tarde, com as desistências de algumas famílias, repetiu-se o

fato com a introdução de outras, que também não participaram das ocupações, com experiências ainda mais distintas.

O Assentamento I marca o retorno à terra de boa parte de pessoas que passaram por experiências urbanas muito distintas. Foram seriamente afetadas pela crise de 1982, tornaram-se desempregadas ou ficaram em uma situação de instabilidade, alternando sucessivos empregos de péssima remuneração.

Desde o início, esses “novos” produtores rurais constituíram uma produção baseada na mão-de-obra familiar com a preocupação principal de promover o sustento da família e, em um segundo momento, de conseguir acumular um certo capital necessário para o aumento da produção e do padrão de consumo. O Assentamento passa a ser um enclave de agricultura familiar no meio de uma região marcada por uma urbanização crescente e por arrendamentos de pequenas áreas para agricultores patronais de porte médio.⁶

Assim mesmo, pelo menos duas características dessa comunidade, pouco comuns em áreas

⁵ Na sua dissertação de Mestrado, Luiz Carlos Tarelho (Tarelho, 1988) mostra como o grupo de Sumaré surge de forma relativamente independente de outros grupos. No seu livro sobre o MST, Bernardo Mançano Fernandes (Fernandes, 1996), discorre sobre como os outros grupos que originaram o MST estavam atuando em outras áreas e possuíam de fato, características distintas do grupo de Sumaré, marcadamente urbano.

⁶ A cidade de Sumaré apresentou nos anos 1970 (período que coincide com o auge do processo de modernização da agricultura), crescimento econômico e demográfico significativos, principalmente em função da instalação de um grande número de indústrias que transformaram a cidade e que, até hoje, provocam mudanças aceleradas de regiões rurais em urbanas (Silveira, 1996).

de agricultura familiar “normais”, marcam essas famílias. Em primeiro lugar, como já mencionado, a história de vida dos assentados é muito diversificada. Oriundos de diversos estados e regiões do país, a sua experiência enquanto agricultores varia muito, implicando em expectativas e saberes técnicos muito diferentes. Para aumentar ainda mais essa diversidade, o distanciamento físico e temporal de atividades agrícolas difere muito entre as famílias e até entre os membros de uma mesma família.

Uma segunda característica dessa comunidade de agricultores familiares é que sua origem e formação ocorre em um processo de luta política. Em pelo menos um momento, o da conquista, todos estiveram unidos com suas vidas regidas por uma única luta. A condição de acampados impossibilitava objetivamente que assim não fosse. Contudo, a experiência política da conquista e a convivência em comunidade criaram compreensões de sua própria realidade que diferem muito de família para família. Os anos de convívio foram marcados por conflitos, brigas, fracassos e decepções que levaram a diferentes compreensões das ações coletivas, variando desde defensores entusiastas do coletivo aos “individualistas”⁷, que negam qualquer forma de atuação coletiva.

Resultados Preliminares

Os resultados preliminares aqui apresentados são marcados pela dinâmica dos sucessivos movimentos de redirecionamento da pesquisa, determinada pela relação teórico-prática, não se configurando, evidentemente, como uma análise de caráter conclusivo.

A compreensão da realidade através da análise sócio-econômica e do estudo de sistemas de produção já, de início, levava em conta as características culturais. A intervenção junto aos agricultores, orientando para a sustentabilidade, por ser um trabalho participativo, enfatizou os valores destes agricultores referentes ao próprio processo de participação e ao que se entende como sendo de responsabilidade pública, ou seja, os recursos naturais. Dessa forma, é no campo da apresentação de algumas experiências e de algumas análises preliminares que se estrutura a presente seção.

As relações sociais internas tiveram reafirmada a sua importância. Através das várias reuniões de trabalho participativo, propostas pela equipe de pesquisadores e convocadas pela Associação dos Agricultores do Assentamento I, constatou-se que a sua diretoria não contava com um alto grau de representatividade

junto à comunidade. Sabia-se que os líderes da Associação eram os mesmos há anos. Os pesquisadores começaram a se perguntar se de fato existiam líderes e liderados e se existiriam relações de dominação dentro da Associação, de forma que um grupo conseguisse se manter no poder utilizando mecanismos não democráticos; ou se aqueles líderes realmente eram as pessoas dispostas a discutir os problemas da comunidade, reconhecidos de maneira democrática.

A descoberta de uma antiga liderança que se retirou da Associação despertou a possibilidade de que talvez existisse um grupo de oposição informal por ela liderado. A idéia de dois grupos parecia muito atraente, sobretudo pela leitura do trabalho de Maria Conceição D’Incao (D’Incao & Roy, 1995).

Com a aplicação de um roteiro de entrevistas, a intenção era coletar uma série de dados referentes à história de vida dos assentados, às práticas da agricultura, à organização da produção, à relação com a Associação, à possibilidade de existência de outros grupos ou sociedades entre agricultores, e à relação com os técnicos da Assistência Técnica, entre outros dados.



- A denominação “individualistas” é correntemente utilizada por eles e qualifica os agricultores que
- não trabalham em sociedade ou em algum tipo de parceria. No começo do Assentamento, o termo
- era pejorativo, visto que a produção era coletiva.

Logo de início, percebeu-se que a hipótese da existência de grupos concorrentes pelo poder não se fundamentava. Apesar de muitos participarem de grupos que dividiam algum tipo de maquinário, esses eram de formação mais ocasional do que resultado de uma articulação política. Vários entrevistados eram capazes de lembrar diversos momentos em que realmente existiram grupos concorrentes, mas que, com a saída de alguns líderes, foram desestruturados, vindo a se transformar em um único grupo.

Todavia, permanecia a questão inicial: os pesquisadores desejavam discutir com a comunidade como um todo, mas sempre tratavam com os líderes e/ou com algumas pessoas próximas aos primeiros. O trabalho participativo não se realizava, frente ao baixo índice de representatividade que ocorria nas reuniões. Por que certas pessoas lideravam a Associação e demonstravam muita disposição em discutir? Por que outras pessoas se mantinham longe dela, deixando de contar com as vantagens que uma organização representativa poderia, em tese, oferecer? A história de vida dessas pessoas levou à formulação de uma nova hipótese.

Em conversas com um dos líderes, percebeu-se a sua curiosa opinião sobre a relação entre política e religião: Jesus Cristo era

apresentado como defensor da reforma agrária e como “petista”. Ao ser perguntado se era possível ser religioso sem pensar a política, o agricultor contestou com um não categórico. Surge a constatação de que esse assentado, líder, dedicava-se tanto às atividades da Associação como às religiosas, por possuir valores referentes a um aprendizado político em meio religioso. A prática política oriunda de um movimento ligado à Igreja Católica seria responsável pela elaboração de uma ética, ao mesmo tempo política e religiosa. O mesmo assentado em outra conversa, também relatou o seu passado de luta pela terra por meio das CEBS.⁸

As outras lideranças tiveram também um passado de militância nas CEBS e em Sindicatos. A hipótese passa a considerar, então, que o grau de interesse pelos assuntos da comunidade, e a consequente postura de liderado ou de liderança, são fortemente influenciados por uma militância interior ao processo de conquista pela terra.

Uma vez abandonada a idéia de que existiam grupos disputando o poder, a compreensão da formação de lideranças passa a ser calcada pela história de vida dos assentados. A questão era descobrir de que forma os seus valores e práticas foram influenciados, ou determinados, por um certo

tipo de experiência.

Através de conversas informais e de entrevistas, definiram-se três grupos de assentados: 1) os que participaram da conquista e que já tinham alguma prática militante anterior à conquista; 2) os que participaram da conquista, mas não tinham nenhuma prática política antes do processo de conquista; e 3) os que não participaram da conquista da terra, adquirindo seus lotes anos depois.

A implicação mais importante dessa tipologia é que, se, por um lado, a não participação na conquista permitiu identificar um grupo com comportamento político e, portanto, cultural distinto, por outro, a participação efetiva não foi capaz de uniformizar a grande maioria dos assentados que constituiu os outros dois grupos. De forma mais direta, a conquista não representa um aprendizado político significativo para aqueles que não tinham uma experiência política prévia de participar de um outro movimento social.

É evidente que as conclusões, a partir do Assentamento I, não podem ser generalizadas para outros. Mas é significativa a constatação de que uma experiência, a princípio tão marcante, não pôde gerar o resultado esperado, qual seja, a criação de novos valores e

• • • • •
 * Em Tarelho (1988), a origem do Assentamento aparece como sendo fruto da organização de uma Comunidade Eclesial de Base. As entrevistas vêm confirmar em parte.

práticas políticas, em que a importância de trabalhos coletivos, como forma de transformar carências individuais comuns em direitos coletivos, trazem a política para a vida quotidiana das pessoas. É evidente que este é um contraponto à direção que o MST e muitos trabalhos de intelectuais apontam.

Como fator complicador, outra religião aparece marcando um comportamento político bem definido. Os chamados “crentes”, protestantes da Congregação Cristã do Brasil, não participam de nenhuma atividade coletiva, desde festas até reuniões da Associação.

A tipologia proposta a partir de um agrupamento de pessoas com experiências próximas não tem como função uniformizar ou homogeneizar um grupo tão distinto de pessoas, visa apenas conseguir descobrir valores e práticas comuns que estejam presentes no meio de tantas diferenças e especificidades culturais.

A partir da realidade apresentada acima, o projeto busca a compreensão, de uma forma geral, dos valores e práticas dos assentados e, em específico, dos valores e práticas que constituem o que se pode chamar de sua cultura política. Deseja-se compreender como essa cultura política é modificada através dos anos, e de que forma experiências como a conquista da terra, a militância anterior à conquista da terra e a participação de grupos religiosos

podem interferir nesse processo.

A criação de novos valores e práticas que resultam em relações sociais distintas, ou a mera reprodução dos valores disseminados pela sociedade, aparece como uma questão fundamental para este projeto. Em que medida o Assentamento I de Sumaré apresenta a organização da produção, as relações de trabalho, a participação política e aos valores distintos aos da sociedade brasileira, e em que medida apenas reproduz esses aspectos tão presentes e criticados pelo MST? Os militantes e algumas pesquisas apontam para uma otimista recriação de valores e para uma constituição da noção de cidadania e de outros valores. Os opositores da reforma agrária, por seu turno, discordam dessa interpretação, e afirmam tratar-se tão somente da obtenção de uma propriedade que não será bem aproveitada e, posteriormente, vendida.

Esses resultados preliminares possuem importância em si mesmos, como um primeiro esforço e compreensão de uma realidade, mas também são fundamentais aos propósitos do projeto, para desenvolver trabalhos participativos com toda a comunidade, na busca da sustentabilidade tão desejada.

A compreensão dos valores e práticas, como tentativa de compreender aspectos culturais de uma comunidade formada por assentados, implica em uma ava-

liação de experiências concretas em meio a debates políticos intensos. A realidade dos assentamentos rurais tem sido constantemente analisada como principal argumento a favor ou contra a reforma agrária. Essas análises estão em disputa, envolvendo diversos agentes sociais, entre eles o MST.

O estudo de uma comunidade de ex-sem-terra, agora assentados, cria a oportunidade de presenciar como essa “nova” realidade tem ocorrido. O Assentamento I de Sumaré possui pelo menos uma característica que ressalta o seu valor político, qual seja, sua posição geográfica. Conta com a existência de um grande centro consumidor próximo (Campinas), com a presença de duas grandes universidades próximas (UNICAMP e PUCAMP) e com a proximidade de instituições de pesquisa e de apoio ao agricultor (EMBRAPA, IAC e CATI). Se não bastasse, fica ao lado de excelentes rodovias e possui solos propícios para a agricultura.

O sucesso desse Assentamento é politicamente fundamental, uma vez que conta com condições de infra-estrutura muito superiores à maioria dos assentamentos e é constantemente visitado por técnicos, políticos, pesquisadores, estudantes e jornalistas.

Esse Assentamento é tido por diversas instituições como exemplo a ser seguido. Reconhecido em jornais e em revistas como

modelo ideal, o Assentamento I de Sumaré, se observado detidamente, apresenta diversos problemas e conflitos. Longe de desmerecer a sua comunidade, o que se busca é uma compreensão de como uma realidade, fruto de uma prática política intensa, apresenta contradições e impasses.

Considerações Finais

Espera-se que a análise dos aspectos relacionados à história de vida, participação política, organização da produção e conhecimentos técnicos dos agricultores familiares do Assentamento Fundiário I de Sumaré, permita, ao final da pesquisa, apreender plenamente a dinâmica interna da sua organização social, no sentido de contribuir com o desenvolvimento sustentável do Assentamento e completar a análise sócio-econômica da pesquisa.

A partir da tipificação apresentada, foi possível redirecionar as discussões sobre a organização do trabalho de intervenção no Assentamento, com um número de famílias significativamente maior do que aquele presente às reuniões da Associação. Fruto de uma formação sócio-política e histórica muito específica, a comunidade dos assentados, de maneira geral, parece também perceber a importância dos benefícios que uma agricultura ambientalmente sustentável inexoravelmente traz.

Contudo, a busca da sustentabilidade não se reduz apenas a uma questão de definição de ações participativas de intervenção, com base nos chamados mutirões ou ações de ajuda mútua. Trata-se de indagar sobre a eficácia e possibilidades da continuidade espontânea do trabalho por parte dos assentados, logo após o final dessa pesquisa, a partir das transformações sócio-ambientais que o trabalho participativo introduziu.

E passa a ser esse o problema: como fortalecer a capacidade do Assentamento I em estabelecer novas formas sustentáveis de organização e iniciativas adaptadas às suas próprias condições?

Nesta ótica, os processos de decisão não dependem apenas do exercício do planejamento participativo, mas também, e principalmente, da lógica do modo de combinação dos fatores de produção dos assentados, diante do confronto diário com as regras que lhes são colocadas pelo mercado, lógica essa que se dá em uma perspectiva histórica de relações sociais específicas.

“Em outras palavras, essa lógica deve ser entendida como a expressão daquilo que esses homens podem fazer, considerando, de um lado, aquilo que eles são e, de outro, as condições nas quais eles se encontram colocados. Esse fazer é a ação desses homens. Ação social, porque produzida pelas relações que esses homens desenvolvem entre eles mesmos e com

os representantes da sociedade maior dentro da qual eles realizam sua agricultura. Aquilo que eles são ou, no presente contexto, o saber agrícola e o projeto de vida dos quais eles são portadores, explicam por sua vez os limites da agricultura que eles podem fazer, nas condições do meio físico e do contexto econômico em que se encontram colocados.” (D’Incao, 1995, p.12).

Referências Bibliográficas

- ABRAMOVAY, R. *Paradigmas do capitalismo agrário em questão*. São Paulo: HUCITEC/Rio de Janeiro: ANPOCS/Campinas: Editora da UNICAMP, 1992. 275p.
- ARAÚJO, P. F. C. de; QUEDA, O.; ALMEIDA, A. de. *Reflexões sobre futuros projetos de assentamento fundiário no estado de São Paulo*. Piracicaba: CETEA/FEALQ, 1991. 38 p.
- BACELLAR, A. A. A. *Avaliação qualitativa e quantitativa da erosão na Microbacia do córrego Taquara Branca e no Assentamento I – Sumaré/SP: relatório final de consultoria*. Jaguariúna: EMBRAPA-CNPMA, 1996. 3p.
- CORRALES, F. M. Aspectos ambientais da microbacia do córrego Taquara Branca em Sumaré: [s. n.], 1994. 2p. não publicado
- D’INCAO, M. C. *Avaliação de impactos sócio-ambientais em áreas de assentamento rural: avaliação de impactos ambientais x análise de sistemas de produção x agricultura sustentável*. [S.l.: s. n.,

- 1995?]. não paginado. Contribuição apresentada ao Projeto Avaliação de Impactos Sócio-Ambientais e Agricultura Familiar. 11.0.96.231 – Programa 11 – Proteção e Avaliação da Qualidade Ambiental – EMBRAPA.
- D'INCAO, M. C.; ROY, G. *Nós cidadãos: aprendendo e ensinando a democracia*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995. 279p.
- FAO. Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. *Principais indicadores sócio-econômicos dos assentamentos de reforma agrária*. Brasília, 1992. v.1.
- FERNANDES, B. M. *MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra: formação e territorialização em São Paulo*. São Paulo: HUCITEC, 1996. 285p.
- FLORES, M. X. *Projeto EMBRAPA: a pesquisa agropecuária rumo ao Século XXI*. Brasília: EMBRAPA-SEA, 1991. 38 p. (EMBRAPA-SEA. Documentos, 4).
- GLIESSMAN, S. *Agroecology: researching the ecological basis for sustainable agriculture*. New York: Springer-Verlag, 1991. 15p.
- KAGEYAMA, A; BERGAMASCO, S. M. P. Família e trabalho rural no estado de São Paulo. [s.l.]: APIPSA, 1991 26p. Trabalho apresentado no III Encontro Regional da APIPSA, Marília, SP, 1991.
- KITAMURA, P. C.; BUSCHINELLI, C. C. A.; CASTRO, V. L. S. S.; CHAIM, A; CORRALES, F. M.; FERRÁZ, J. M. G.; MIRANDA, J. I.; SILVEIRA, M. A. *Diagnóstico agro-ambiental da microbacia hidrográfica do Taquara Branca-Sumaré, SP*. Jaguariúna: EMBRAPA-CNPMA, 1995. 25p.
- SACHS, I. *Strategies de l'ecodeveloppement*, Paris: Ed. Economie et Humanisme et les Ed. Ouvrieres, Paris.
- SILVA, J. G. da, coord. *Diferenciação camponesa e mudança tecnológica: o caso dos produtores de feijão em São Paulo*. Campinas: UNICAMP, 1982. 42 p.
- SILVEIRA, M. A da, coord. *Avaliação sócio-ambiental de impactos e agricultura familiar*. Jaguariúna: EMBRAPA-CNPMA, 1996. não paginado. (EMBRAPA. Programa 11 – Proteção e Avaliação da Qualidade Ambiental. Projeto 11.0.96.231). Projeto em andamento.
- TARELHO, L. C. *Da consciência dos direitos à identidade social: os Sem Terra de Sumaré*. [s.l.]: PUC-SP, 1988. 261p.